

Ano XXVII nº 6761 – 13 de fevereiro de 2023

STF marca para abril julgamento sobre correção maior das contas do FGTS



Milhões de trabalhadores e trabalhadoras formais, com carteira assinada, poderão ser beneficiados caso o Supremo Tribunal Federal (STF) mude o índice de correção monetária mensal dos saldos das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O julgamento está marcado para o dia 20 de abril deste ano.

Neste dia, o STF vai julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que contesta o uso da Taxa Referencial (TR) para a correção dos saldos do FGTS e propõe que seja feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), índice oficial da inflação do país.

A mudança do índice significa mais dinheiro para o trabalhador. A TR mensal ficou em 0,17% em dezembro do ano passado. Já o IPCA acumulado de 2022 alcançou 5,78%. Este é o tamanho da diferença que o trabalhador terá a receber se a decisão do STF for a seu favor.

A revisão com base no novo índice, porém, só valerá para quem tem ou teve contas no FGTS com depósitos desde 1999. Para quem trabalha com registro desde essa época e nunca sacou o saldo do FGTS, a decisão poderia significar a reposição de mais de 20 anos de perdas monetárias.

Vale lembrar que “o total que cada trabalhador poderia receber depende do saldo que tinha, por quanto tempo o dinheiro esteve na conta”, diz o advogado especialista em Direito do Trabalho, José Eymard Loguércio, do escritório LBS Advogados, que presta assessoria jurídica à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e também ao nosso sindicato. Ele alerta que qualquer informação sobre valores individuais dadas por meio de sites é pura especulação.

Leia a matéria completa em nossa página: www.sindbancariospetropolis.com.br/ - Facebook www.facebook.com/SindBancariosPetropolis

PLR sai até início de março

Os funcionários dos bancos privados recebem até o dia 1º de março a segunda parcela da PLR. A Participação nos Lucros e Resultados é resultado do empenho e força dos sindicatos e bancários, que, juntos, conquistaram o direito e, ao longo dos últimos anos, conseguem mantê-lo.

No Itaú, a PLR sai em 1º de março, Santander paga dia 28 de fevereiro. Entre os grandes privados somente o Bradesco ainda não divulgou a data. Vale lembrar que, pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), os bancos têm até 1º de março para liberar o benefício.

A exceção são os públicos. A Caixa tem até 31 de março e o BB pode pagar até 10 dias úteis após a data de distribuição dos dividendos ou JCP (Juros aos acionistas).

O cálculo da segunda parcela da PLR é dado pela fórmula (90% do salário + valor fixo) menos a antecipação. No entanto, o valor pode ser majorado ou reduzido a depender do lucro do banco.

Estimativa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) revela que a PLR dos bancários deve injetar cerca de R\$ 8,7 bilhões na economia nacional.

Últimos dias para bolsa de estudos no Santander

Terminam sexta-feira (17/02) as inscrições para o programa Bolsa Educação do Santander 2023. Para concorrer, o funcionário deve fazer a matrícula na instituição de ensino e depois acessar o Portal RH ou Now Santander para conhecer as regras.

No total, são 2.500 bolsas, sendo mil para primeira graduação, 1.400 para a primeira pós graduação e 100 para MBA. O valor é de R\$ 726,00 reajustado anualmente conforme previsto no Acordo Aditivo dos trabalhadores do banco.

Os bancários devem aproveitar o direito, fruto de muita luta da categoria e dos sindicatos, para aperfeiçoar os conhecimentos e qualificar a carreira profissional.